



Samara Teixeira de Oliveira

Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa.

Gabriel Souza Mota

Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa. Pesquisador no Grupo de Estudos da Eurásia (GEsEu).

IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E A OTAN AMERICAN IMPERIALISM AND NATO

RESUMO: O presente artigo visa analisar a política externa dos Estados Unidos da América (EUA) em seu principal organismo de defesa, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o papel que esta desempenha para a posição norte-americana no sistema internacional. Buscando responder se a expansão da OTAN motivou o conflito na Ucrânia, e por quais motivos, esta pesquisa utiliza a abordagem metodológica crítica do debate entre agência e estrutura que expõe o modo forças sociais se relacionam com a realidade e os impactos que essas relações causam no cenário internacional. Para isso, o cerne da pesquisa se constitui na avaliação do papel dos EUA na OTAN. Através da história do desenvolvimento do capitalismo moderno será exposta a formação da potência estadunidense e o desenvolvimento do neoliberalismo, posteriormente, apresentando OTAN, seu histórico de atuação e avaliação crítica e, finalmente, identificando os argumentos teóricos no neorealismo que dirão como a expansão da OTAN levou Rússia a invadir a Ucrânia.

Palavras-chave: Imperialismo; Estados Unidos; OTAN.

ABSTRACT: This article aims to analyze the foreign policy of the United States of America (USA) in its main defense organism, the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and the role that it is playing for the North American position in the international system. Seeking to answer whether the expansion of NATO motivated the conflict in Ukraine, and for what reasons, this research uses a critical methodological approach to the debate between agency and structure that exposes the way social forces relate to reality and the impacts that these relationships cause in the international system. For this, the core of the research is the assessment of the US role in NATO. Through the history of the development of modern capitalism, the formation of the US power and the development of neoliberalism will be exposed, later, presenting NATO, its history of action and critical evaluation and, finally, identifying the theoretical arguments in neorealism that will tell how the expansion of NATO led Russia to invade Ukraine.

Keywords: Imperialism; United States; NATO.

1 Introdução

Tucídides, para alguns o primeiro realista, é até hoje alvo de grandes teóricos das Relações Internacionais que estudam o comportamento das potências em tempos de paz, de crise e de conflitos ao narrar a guerra do Peloponeso (ALLISON, 2017). Durante muito tempo as relações internacionais tiveram como protagonistas potências europeias, até que com o final da segunda guerra os países europeus assistiram Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) assumirem o papel de beligerantes, competindo pela hegemonia. A Europa passou a ser disputa da influência de ambos, dividida entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte e o Pacto de Varsóvia (BROADHURST, 1983).

O período da Guerra Fria se constituiu na disputa armada entre EUA e URSS, e isso incluía a exportação de sua ideologia e dispositivos de Segurança para aliados e/ou países em suas respectivas esferas de influência. Corroborar com aliados e incitar movimentos alinhados, principalmente no sul global, foi levado a cabo pela política externa dos beligerantes visando sempre ganhos políticos em benefício de seus regimes. Dentre as ações, golpes de Estado (KINZER, 2003) e até tráfico de drogas para financiamento de operações ilegais na América Latina¹ foram praticados pelos EUA na disputa contra os soviéticos por zonas de influência ao redor do mundo (MCCOY, 2003)

A Operação Ajax, como foi batizado o golpe da CIA contra Mossadegh, foi um grande trauma para o Irã, o Oriente Médio e o mundo colonial. Foi a primeira vez que os Estados Unidos derrubaram um governo estrangeiro. Ele estabeleceu um padrão para os próximos anos e moldou a maneira como milhões de pessoas veem os Estados Unidos (tradução nossa) (KINZER, 2003, p.10)².

Com a reunificação alemã e a dissolução da URSS, os EUA se viram como detentores de grandes responsabilidades e passaram a agir como líderes do mundo ocidental de maneira ainda mais incisiva. Agora, seriam dos norte-americanos a primazia de gerência de crises internacionais (FUKUYAMA, 2015). Enquanto isso, a Rússia passou por grande crise durante a década de 1990 e nos anos 2000, com a ascensão de Vladimir Putin, voltou a crescer e buscar

¹ Durante o governo de Ronald Reagan, em sua ação contra os sandinistas na Nicarágua, os EUA por meio a CIA intermediaram a venda de cocaína, com destino a Miami, visando financiar operações ilegais e secretas do organismo no Caribe (MCCOY, 2003; WEBB, 1997).

² Texto original em inglês: “*Operation Ajax, as the CIA coup against Mossadegh was codenamed, was a great trauma for Iran, the Middle East, and the colonial world. It was the first time the United States overthrew a foreign government. It set a pattern for years to come and shaped the way millions of people view the United States*” (KINZER, 2003, p.10).

fortalecimento em diversas agendas sucateadas e atrasadas. Nesse período, o governo norte-americano, que havia prometido que não expandiria a OTAN para Gorbachev e Yeltsin, seguiu assistindo apoiadores no Leste Europeu e tramando politicamente em favor da adesão de antigos membros do Pacto de Varsóvia ao organismo ocidental.

Hoje, a Rússia acusa a Ucrânia de favorecer o “regime imperialista” dos Estados Unidos, incluindo um golpe de estado em 2014 que levou a queda um aliado do Kremlin, motivando a invasão da região da Criméia, historicamente disputada por russos e ucranianos. Em fevereiro de 2022, ao demonstrar avanços nas negociações para a adesão da Ucrânia à OTAN, os russos invadiram seu vizinho em uma dita “operação militar especial”. Enquanto o Ocidente classifica a invasão como ataque preemptivo de caráter imperialista, a Rússia diz que fora o imperialismo estadunidense que provocou o cenário de hoje e motivou o Kremlin a se defender. Nesse sentido, o artigo busca mostrar como a expansão da OTAN levou os russos a invadirem a Ucrânia, evitando que o organismo passasse a defender o país com aliados extremamente poderosos.

A partir da abordagem metodológica da teoria crítica que consiste no debate entre agência e estrutura, é possível dizer que o processo de mudança social, “rejeitou a noção de que a Estrutura Social é natural [...] e mostrou que a Estrutura está sim ligada a interesses específicos ou a discursos que são usados como meios pelos quais o poder é exercido” por seus agentes (KNAFO, 2010, p. 497, tradução nossa)³. Dessa forma, este tipo de análise mostra o modo como as forças sociais se relacionam com a realidade e os impactos que essas relações causam no sistema internacional. Com isso, será apresentado a formação da pesquisa em três seções, contendo a formação dos EUA e sua hegemonia nos mercados; a atuação da OTAN e, por fim, elementos teóricos que apresentam o imperialismo e os condicionantes para a invasão russa à Ucrânia.

2 Estados Unidos e o Império Neoliberal

Para compreendermos o que é o neoliberalismo, regime econômico suportado pelos EUA, é preciso entender, primeiro, como esta corrente de pensamento se reinventou e se transformou ao longo da história. Isso em razão de que o termo neoliberalismo passou a ser “carregado de conotações políticas e ideológicas e muitas vezes utilizado pura e simplesmente

³ Texto original em inglês: “*Reject the notion that social structures were neutral [...] and show that structures are in fact tightly connected to specific interests or discourses as means through which power is exerted*” (KNAFO, 2010, p. 497).

como sinônimo de ‘liberalismo’” (PAULANI, 1999, p. 115). Nesse sentido, é preciso saber que o liberalismo, foi uma corrente social propagada por John Locke durante o século XVII e, a partir disto, sofreu influências da filosofia radical inglesa, do iluminismo escocês e de conceitos como a “mão invisível” de Adam Smith (PAULANI, 1999).

Com isso, o pensamento liberal influenciado por Adam Smith (1776) ganhou espaço no cenário internacional durante o século XIX, devido ao fortalecimento que ele garantiu aos países centrais do Sistema Internacional naquele período. Nesse caso, principalmente para a Inglaterra que, enquanto líder nas conquistas de novos mercados e territórios garantiu o aumento de riqueza e da zona de influência do país através do patrocínio das suas grandes corporações como, por exemplo, a “Companhia Britânica das Índias Orientais”.

No entanto, a ascensão dos movimentos sociais da Europa no final do século XIX e início do século XX, em soma da grande depressão nos Estados Unidos em 1930, trouxe para o pensamento liberal fortes questionamentos que denunciavam “o liberalismo enquanto ideologia como uma visão de mundo afinada com um momento histórico específico e que assistia à ascensão de uma determinada classe ao topo da pirâmide social” (PAULANI, 1999, p. 118). Com isso, a corrente liberal passou por um refluxo que pôde ser ilustrado no Sistema Internacional por um período de grandes crises econômicas, duas grandes guerras, a revolução soviética e a ascensão do nazismo (HOBSBAWM, 1994).

Durante a década de 1930, ganhou força no Ocidente o que pode ser chamado de uma política intervencionista do Estado, em razão da necessidade de certa regulação externa ao mercado do seu próprio sistema. Isso se tornou uma espécie de consenso entre os *policy makers* ao fundamentarem sua matriz teórica na obra “Teoria geral do emprego do juro e da moeda” de Keynes (1936). No entanto, após passar essas três décadas dos “anos de ouro”, e ter terminado a Segunda Guerra Mundial, se iniciou um processo de revisão do pensamento liberal que seria assimilado então como “neoliberalismo”. Nesse sentido, é preciso entender que Friedrich Hayek pode ser considerado um dos principais personagens desta recriação do liberalismo. Conforme Anderson Perry (1995), essa recriação

foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. [...] Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p. 9).

Nesse momento, Hayek convocou os filósofos e economistas que pactuaram com as suas teorias para uma reunião na Suíça. Entre os participantes presentes podem ser citados Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter

Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros (ANDERSON, 1995). O pensamento em comum entre esses intelectuais era baseado na premissa de que “o novo igualitarismo, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência” (ANDERSON, 1995, p. 9-10).

Com essa premissa, a recriação do liberalismo ocorre na criação de um novo individualismo, diferente daquele propagado pelos reformadores Keynesianos. Assim, Heyek (1958), formulou sua crítica intitulando o Estado de bem-estar social de “falso individualismo” ao defender que o mercado é a única instituição capaz de respeitar a primazia do indivíduo e que o falso individualismo, na verdade, oprime a liberdade individual, através do Estado. Isso em razão de que, para o autor, apenas o mercado permitiria que os indivíduos ajustassem suas preferências conforme os sinais dos preços (HAYEK, 1958). Nesse sentido, para os Estados Unidos a década de 1970 marcou uma nova era, tendo em vista que o Sistema Bretton Woods terminou e, com isso, os EUA assumiram a responsabilidade de promover a política econômica que seria estabelecida no Sistema Internacional e, conseqüentemente, deixando os demais países dependentes da política monetária estadunidense.

Mais tarde, a política externa dos EUA se formou então sob o projeto econômico, desenvolvido pelo presidente Ronald Reagan (1981-1989), *Reaganomics and Supply Side Economics*⁴. Este projeto demonstrou de maneira efetiva a posição de consonância do então presidente dos EUA, com o pensamento neoliberal. Assim, com os desdobramentos dessa política externa no sistema internacional os EUA obtiveram o apoio total da primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher que se utilizou deste movimento para fomentar, principalmente, privatizações das estatais inglesas (PAULANI, 1999).

Portanto, ao recrutar a Inglaterra como aliada, os Estados Unidos conquistaram a aprovação internacional para realizar o que Harvey (2008, p. 49) chamou de “revolução neoliberal”. No entanto, para a realização de uma mudança na pré-ordem do sistema internacional foi preciso a utilização de métodos democráticos, em razão de que uma mudança desta magnitude exigiu que houvesse, de antemão, um consentimento político amplo da população. Foi então durante a década de 1970 que os Estados Unidos redirecionaram parte de seus esforços políticos e econômicos para o desenvolvimento de estratégias que garantiriam o consentimento político da população estadunidense em relação às propostas neoliberais e, mais adiante, se redirecionaram a construir este consentimento para além das suas fronteiras.

⁴ Economistas de Reagan e os Economistas do “Lado da Oferta” (tradução nossa).

Nesse sentido, Harvey (2008) apresenta que o Estado ao invés de se ocultar ou se enfraquecer, passou a trabalhar em prol do mercado e do capital internacional. Para a escalada deste pensamento à nível nacional, as elites econômicas se propuseram a passar pelo que o autor apresentou como: quatro etapas das quais garantiriam o consentimento político-democrático, necessário para colocar em prática as propostas neoliberais no restante do país. O primeiro passo foi capturar o Partido Republicano como instrumento particular das propostas da elite, o segundo passo foi aliar a direita cristã ao partido republicano, tendo em vista que o partido “precisava de uma sólida base eleitoral para colonizar de fato o poder” (HARVEY, 2008, p. 60-61). O terceiro passo foi se aliar ao nacionalismo cultural da classe trabalhadora branca que estava ressentida pelas condições inseguras da economia e, por isso, se sentia excluída dos benefícios distribuídos pelos programas de ações afirmativas do governo.

Por último, no quarto passo, a elite econômica estadunidense passou a financiar o movimento de intelectuais neoconservadores⁵ que não criticaram a intervenção do Estado no âmbito doméstico ou externo, mas sim viam como problema “os liberais que haviam usado excessivo poder do Estado para favorecer grupos específicos como negros, mulheres e ambientalistas”. Sendo assim, o desdobramento dessas quatro etapas foi o “desvio da atenção do capitalismo e do poder corporativo como possuidores de qualquer relação que fosse com os problemas econômicos”, conseqüentemente, não deixando transparecer a própria intervenção da elite nacional na formulação de políticas neoliberais (HARVEY, 2008, p. 61).

Entretanto, o autor afirma que seria difícil efetivar a disseminação de ideias que era necessário para consolidar a chamada revolução neoliberal, tanto no âmbito externo como no doméstico. Para isso, o advento dos anos 1990 – em que “a maioria dos departamentos de econômica das grandes universidades acadêmicas e das escolas de negócios foi dominada por modelos neoliberais de pensamento” (HARVEY, 2008, p. 65) – fez com que estas universidades servissem de campo de treinamento para estrangeiros. Por exemplo, “as principais figuras da adaptação chilena e mexicana ao neoliberalismo eram economistas treinados nos Estados Unidos”, ou seja, os estrangeiros aprendiam o modelo neoliberal no exterior e aplicavam em seus países de origem (HARVEY, 2008, p. 65).

⁵ De acordo com Finguerut (2008), o termo neoconservador foi utilizado primeiramente pelo Partido Democrata ao se referirem a ex-colegas que migraram para o Partido Republicano e assim, ao longo da década de 1960 o termo ganhou uma forma pejorativa. No entanto, este foi ressignificado quando ganhou a definição de Irving Kristol na década de 1990. Kristol (1995) afirmava que “os neoconservadores eram os liberais que foram assaltados pela realidade”. Ademais, Kristol apresentou que o pensamento neoconservador se faz na política externa ao promover os valores estadunidenses e assegurar o papel dos EUA como única superpotência com condição de preservar a ordem mundial. Dessa forma, a supremacia militar estadunidense criou, no plano doméstico, uma nova identidade nacional de destino messiânico.

Dessa forma, se tornou possível a transferência de ideias no sistema internacional, em conjunto com a mundialização do capital. Com efeito, o sucesso de Reagan e Thatcher com a virada neoliberal pode ser avaliada a partir da apropriação de “posições políticas, ideológicas e intelectuais minoritárias e as transformaram em corrente majoritária” (HARVEY, 2008, p. 72). Além disso, a genialidade desta virada,

esteve na criação de um legado e de uma tradição que envolveram políticos que os sucederam numa teia de restrições de que não era fácil escapar. Seus sucessores, como Clinton e Blair, pouco mais podiam fazer além de continuar a boa obra da neoliberalização, quer isso os agradasse ou não (HARVEY, 2008, p. 73).

Sendo assim, após o neoliberalismo se introduzir de maneira efetiva no mundo de fala inglesa, não havia mais como negar sua importância adquirida como guia ou como o novo *modus operandi* do imperialismo estadunidense. A partir disso, o século XX representou então para os Estados Unidos a construção de uma nova ordem mundial através do modelo neoliberal de expansão. Esse modelo que aposta no multilateralismo, a partir da utilização dos fóruns internacionais e das instituições financeiras e militares como instrumento para colocar em prática os interesses da elite nacional estadunidense, ascendeu paulatinamente no sistema internacional sob o *slogan* da “globalização”.

Nesse sentido, durante o governo Bush, a política externa dos Estados Unidos passou pela ascensão do neoconservadorismo e deu continuidade no papel de ator responsável por levar a democracia liberal aos demais países do globo. Já na era Obama e os desdobramentos da eleição de Trump e Biden, respectivamente, representaram a trajetória de um país imerso em contradições sociais, políticas e econômicas que, desde o fim da Guerra Fria, apresenta tendências de polarização política e fragmentação partidária, que colocam em xeque a continuidade de consensos sobre a agenda doméstica e as relações internacionais (PECEQUILO, 2017).

Portanto, além do “interesse nacional”, iluminista e liberal descrito no Destino Manifesto e somado ao caráter protestante que concebeu os EUA uma nação soberana e independente, há ainda atores que personificam tal propaganda utilizada na política externa. Os políticos e entidades políticas, aqueles que modificam a direção do país através de partidos políticos, sindicatos, sociedades e cartéis empresariais, lobistas, a mídia e os *think tanks* são atores que, ao ocupar posição de serviço civil público ou ter representantes que façam parte de seus grupos, impõem de fato aquilo que creem ser benéfico para seus interesses econômicos, seja no curto ou longo prazo. Os EUA, país pujante durante a Guerra Fria, período concomitante

com o desenvolvimento das principais escolas de relações internacionais, liderou também o desenvolvimento das *high politics*, através de personalidades como Alfred T. Mahan, Henry Kissinger, George F. Kennan, Robert Keohane, entre outros.

Dito isso, é possível concluir que a compreensão do papel de todos esses atores supracitados na histórica política externa dos Estados Unidos, se torna crucial para compreender a atuação imperialista desta potência. Dessa forma, podemos dizer que através do tempo, estes atores foram moldando os condicionantes para a hegemonia econômica e militar do país, em alguns marcos políticos contando ainda com aliados como, principalmente a OTAN. Esta aliança militar, que nasceu com a missão de aproximar os aliados ocidentais e submeter esses aliados à liderança dos Estados Unidos, em sua criação contou apenas com países europeus e os Estados Unidos, mas, posteriormente chegou a aderir a entrada de países controversos como Turquia e Argentina. A rigor, a OTAN sempre foi o organismo de defesa mútua para democracias “norte-atlânticas” e capitalistas.

3 OTAN e a Aliança Ocidental

A Organização do Tratado do Atlântico Norte nasceu em 1949, no recente pós-Segunda Guerra, atendendo diretamente a intenção de Harry S. Truman, presidente democrata de notória importância a formação dos EUA como potência. Durante os mandatos de Truman, os Estados Unidos, enquanto vencedores da Segunda Guerra junto aos aliados, modificaram o alvo de suas políticas internas e externas: agora a preocupação seriam os soviéticos. Para além dos distantes rivais soviéticos, a grande luta dos EUA no momento era contra o socialismo. Em sua criação, a OTAN contava com doze países: EUA, Reino Unido, Noruega, França, Portugal, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Islândia, Países Baixos (Holanda), Dinamarca e Luxemburgo (NATO, 2022).

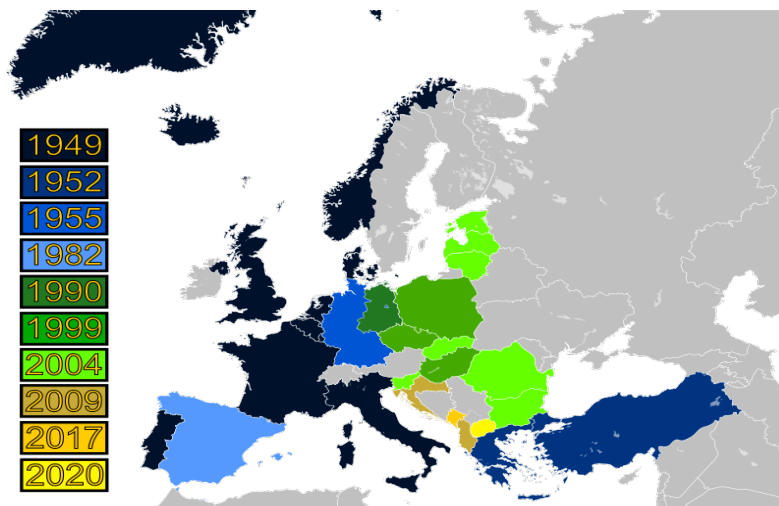
O Tratado de Bruxelas, de 1948 que incluía diversos países da chamada *Western Union* – ou a União Ocidental da Europa (Bélgica, França, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido) –, ajudou a conceber a OTAN que inclusive substituiu um organismo idealizado por seus signatários. Em 1952 aderem ao Tratado a Grécia e a Turquia. Em 1955 é incluída a Alemanha Ocidental. E em 1982, a Espanha também se torna membro da OTAN como pode ser observado na Figura 1, em que é possível observar a expansão da organização em direção a Rússia (NATO, 2021).

Com o fim da Guerra Fria, caracterizado pela queda do muro de Berlim, após o início do perecimento da União Soviética e sua breve dissolução, a OTAN, que sob liderança dos

EUA havia se comprometido a não expandir suas fronteiras em direção a Rússia e apoiar uma pacificação em favor da neutralidade no Leste Europeu, logo passou a agir de maneira diferente podendo ser observado pela expansão a partir da década de 1990 (POLITIFACT, 2022). Em 1999 a Hungria, República Tcheca e Polônia assinam de fato o Tratado. Em 2004, sob a presença e liderança de George W. Bush (o filho), tornam-se membros do Tratado a Estônia, Lituânia, Bulgária, Letônia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia, todos antigos membros do Pacto de Varsóvia e aspirantes a União Europeia. Em 2009 aderem então Albânia e Croácia, em 2017 a Montenegro e o último membro a ingressar oficialmente no organismo, a Macedônia do Norte (WARREN, 2016).

Ao todo, em 2022, os estados-membros da OTAN somam-se 30. A Ucrânia seria o próximo país a entrar na organização. Dessa forma, de modo geral, o organismo concentra: mais de três milhões de militares em ativos; mais de 2 milhões na reserva; e mais de setecentos mil paramilitares credenciados. Os EUA junto com a Alemanha somam, cada um, 16% do orçamento da OTAN, juntos são quase 1/3 do orçamento total. Reino Unido e França então respectivamente com 10% e 11%. Os investimentos estadunidenses são ainda mais significativos, uma vez que suas frotas e equipes de operação estão à disposição da OTAN, onde em 2021 foi aplicado em defesa U\$D 811 bilhões (NATO, 2022).

Figura 1: Mapa da Europa e Expansão da OTAN em direção a Rússia



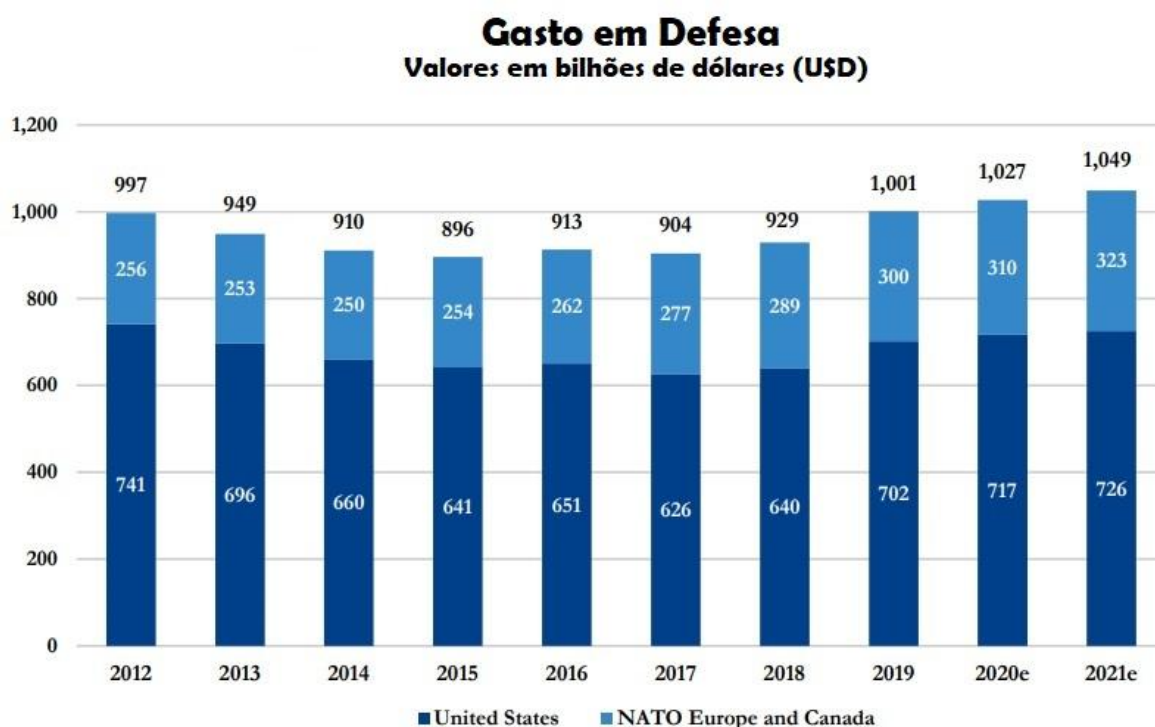
Fonte: WIKKICOMMONS, 2022. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:History_of_NATO_enlargement.svg. Acesso em 14 de dezembro de 2022.

O Reino Unido, segundo país a mais investir em defesa entre os signatários do Tratado, alocou menos de 10% deste valor (U\$D 72 bilhões) (NATO, 2022). Entretanto, um dado importante é que os EUA não são os líderes, se compararmos seu investimento na OTAN em

relação ao seu PIB, pois a Grécia investe 3.82% de seu PIB em defesa, enquanto os EUA alocam 3.52% de seu PIB na agenda (STATISTA, 2022) como pode ser visto na Figura 2 abaixo.

Como vimos, mesmo após a queda da União Soviética e a dissolução do Pacto de Varsóvia, a OTAN continuou a expandir suas fronteiras na Europa, em direção a Rússia, sua grande rival. Embora a Rússia, sob a liderança de Vladimir Putin e sua coalizão populista e anticidental, tenha questionado sobre uma possível adesão ao Tratado, algo que nunca fora respondido pelos aliados. A Rússia em 1994, sob o comando de Boris Yeltsin, manifestou junto a OTAN uma “parceria pela paz”, onde alguns Estados entre as ex-repúblicas soviéticas se comprometeram a cooperar com a OTAN, mas apenas reconhecendo alguns fundamentos em comum e manifestando a cooperação em determinadas questões de interesse internacional (LUNDESTAD, 2003). Alguns outros Estados fazem parte deste e mais acordos com a OTAN, mas, somente seus estados-membros são signatários do pacto de defesa mútua, onde todos atacarão quem for hostil a um destes signatários (NATO, 2022).

Figura 2: Gasto em Defesa dos EUA em relação a Canadá e Europa na OTAN.



Fonte: NATO, 2022. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_67655.htm. Acesso em 10 de dezembro de 2022.

Dentre as vezes em que fora acionada, a OTAN agiu de maneira a preservar os interesses de seus membros, sempre agindo de acordo com o que Congresso dos Estados Unidos permitiram e/ou um outro comando, como o presidente dos Estados Unidos da América, se o

deseja-se. Durante a Guerra Fria a OTAN não conduziu nenhuma operação militar. Na guerra do Kuwait a OTAN efetuou as missões Anchor Guard e Ace Guard (1990-1991), onde a Turquia desempenhou papel importante para lançamento dos aviões e logística (TESTONI, 2021).

Em 1992, durante a crise da dissolução da Iugoslávia, a OTAN impeliu missões na Sérvia por ar e mar, e em 1995 passou a integrar forças de manutenção da paz, substituídas em 2004 por uma missão da União Europeia. Em 1999, após recomendação da ONU, a OTAN bombardeia o Kosovo contra o sérvio Slobodan Milosevic (WARREN, 2016). Essas operações ocorreram em países não membros da OTAN, onde os aliados reconheceram por algum motivo a necessidade de securitizar determinado tópico e usar a OTAN como caminho para resolução. A OTAN é um organismo militar e será sempre acionada quando a diplomacia não for mais apta para resolução.

Em 2001, com o advento do 11 de Setembro, é acionado pela primeira vez na história o artigo 5º do Pacto de Defesa Mútua e, assim, todos os signatários entram em guerra ao lado dos EUA contra os terroristas do Talibã e da al-Qaeda (antiga aliada norte-americana) no Afeganistão (TESTONI, 2021). Em 2021 os EUA concluíram sua intervenção, planejada para acabar em 2014. Atualmente, o Talibã constitui o monopólio político no Afeganistão. Esse grupo político é hostil aos EUA e modificaram o ordenamento político em favor da *sharia*, a lei islâmica (WARREN, 2016). Contudo, petróleo, lítio e pedras preciosas afegãs ainda são exportados para o Ocidente.

Em 2003 a OTAN é novamente acionada, mais uma vez sem envolver ataque a países signatários ou Europeus, mas para corroborar com a política de George W. Bush contra nações árabes. O alvo desta vez era o Iraque, sob a alegação de que o Presidente do partido Baath, Saddam Hussein (antigo aliado norte-americano na guerra Irã-Iraque) estaria interessado em desenvolver armas nucleares. Na época até a Agência Central de Inteligência (CIA), após grande investigação, disse serem falsas. Dias antes da votação no Congresso norte-americano o presidente Bush e o líder do Pentágono, Collin Powell apelaram a um grupo de Senadores que Saddam possuía drones (tecnologia ainda pouco sofisticada à época) capazes de transportar bombas nucleares até a costa dos EUA (MORNING STAR, 2022).

Para isso, foi tramitada no Senado a agenda e tornaram possível a intervenção, mesmo com a oposição de Alemanha e França (países-membros OTAN) e o veto da Rússia, os EUA invadem o Iraque. As armas jamais foram achadas, e o Iraque tornou-se espaço para disseminação de milícias terroristas *jihadistas* do Estado Islâmico, *Al Nusra* e etc, grupos xiitas que lutaram contra Bachar al-Assad (alauíta) durante a Guerra da Síria. (PAYNE, 2018)

A partir da década de 2010, já durante o advento da Primavera Árabe, a OTAN foi acionada para defender a democracia e os interesses do livre mercado em países islâmicos, mais uma vez sem sofrer ataques diretos em seus Estados-Membros. Na Líbia, a OTAN agiu diretamente em defesa dos rebeldes, ainda controlando áreas por eles dominadas, visando a eliminação conjunta do regime de Muammar al-Gaddafi. Até hoje a OTAN mantém tropas na Líbia com auxílio de algumas nações árabes (WARREN, 2016). No caso sírio, a OTAN não agiu diretamente, onde os Estados Unidos efetuaram missões com caças e drones (de sua propriedade e comando), mas a Turquia, Estado-Membro da ONU, tentou incitar o artigo 5º contraterroristas e sírios curdos, o que não foi levado a diante pelos aliados (TESTONI, 2021).

A Ucrânia, em 2008, deu seu primeiro passo para adesão ao organismo, assinando o Plano de adesão ao tratado (MAP), onde expunha seu interesse e compromissos para adequar-se, ou seja, inclinasse políticas para atingir o que a OTAN defende (CLAPP, 2022). Em 2010, Victor Yanukovych, aliado do Kremlin, fora eleito e os planos esfriaram. Após o *Euromaidan* e a queda do aliado de Putin, a Rússia intensifica sua ação na Criméia, região de maioria étnica russa. Após a ação russa na Criméia, ainda em 2014, o então governo de transição passa a defender com urgência a entrada na OTAN.

Em 2019, já sob a liderança de Volodimir Zelensky, os ucranianos adicionam a sua Constituição normas estratégicas diretamente ligadas aos interesses de adesão a União Europeia e a OTAN. Em 2019 uma reunião em Bruxelas reativou os interesses expressos no MAP de 2008 e a entrada da Ucrânia na OTAN tornou-se questão de tempo. Durante esse período (2014-2022) a Rússia manteve sua posição veemente, ainda ameaçando a OTAN, caso a organização avançasse em direção a Rússia.

4 Imperialismo e Realismo nas Relações Internacionais

A história da humanidade se confunde com a história dos grandes impérios, desde Gengis Khan a Napoleão, os ingleses implacáveis durante sua hegemonia assegurada nos mares, e hoje com o grande império estadunidense (MARIUTTI, 2003). As atividades desempenhadas por todos esses grandes poderes ao longo da história deram luz aos estudos de política e guerra, que alimentaram também a disciplina de Relações Internacionais. É através da análise do comportamento de potências que a escola realista se desenvolveu, sempre cultivando a premissa da anarquia como base para o direcionamento dos atores (MEARSHEIMER, 2001).

As nações imperialistas seriam aquelas que praticavam através do uso da força ou de sua influência atividades em outras nações, utilizado para caracterizar o comportamento de potências como a Grã-Bretanha no século XIX em suas colônias na África e Ásia. (HOBSON, 1965, p. 15). O departamento de direito da Universidade de Cornell, nos EUA, define o imperialismo como “doutrina, estratégia política, prática política de estado ou defesa que consiste em estender o poder por aquisição territorial ou por estender o controle político e econômico para outras áreas” (CORNELL, 2022).

Essas premissas casam com a visão neorrealista, de que a sobrevivência em um sistema de competição, anárquico e de desconfiança mútua latente leva ao conflito nações que disputam o mesmo objetivo. Buscando prevenir-se, as unidades que tiverem capacidade agirão de maneira coercitiva no sistema para manutenção de sua influência, mercados ou mesmo a sua existência em última instância (MEARSHEIMER, 2001).

Através de diferentes meios os estados podem adotar comportamentos imperialistas, seja em sua região mais próxima ou mesmo em outros continentes, adotando medidas quaisquer visando lograr ganhos, quase que sempre econômicos, e assim tirar vantagem de adversários no Sistema Internacional. No entanto, foi com a eminência da teoria crítica e a influência do marxismo, principalmente em países da periferia, que o materialismo dialético de Marx foi ganhando voz na academia. A adoção do capitalismo como componente básico para compreensão do avanço dos Estados modernos e a maneira como este ultrapassa fronteiras durante períodos importantes como o colonialismo, o período escravista, as revoluções industriais e o advento do fordismo, por exemplo, foram alvo de teóricos que buscaram responder e quem sabe solucionar a disparidade econômica estabelecida entre o centro e a periferia.

O imperialismo, assim como as relações internacionais em si, detém várias faces, condicionantes e formatos de ação. Através do materialismo de Feuerbach e da dialética de Hegel, Karl Marx deu à luz a metodologia para compreensão da economia política e como a sociedade capitalista se formava e se desenvolvia. Vladimir I. Lenin, em sua obra “Imperialismo: etapa superior do capitalismo”, apresentou para o mundo uma visão materialista sobre o imperialismo, onde classificava o monopolismo e a expansão do capitalismo através da exportação da superexploração da mais-valia, ou seja, extraindo lucro nos países dependentes através do ganho produzido pela mão de obra interna (LENIN, 2012).

O imperialismo então, após o estabelecimento de Lenin como movimento capitalista de expansão em dominação, tanto no espaço como no tempo, passa a ganhar requintes mais “orgânicos”. Com o desenvolvimento da Guerra Fria, o estímulo ao *Welfare State* e o

crescimento dos direitos civis através do sindicato e da influência bolchevique em partidos trabalhistas e sindicatos no mundo, os mais pobres foram ganhando espaço político, os índices de analfabetismo foi caindo na periferia e a expansão de ideias críticas tornou-se maior (KERSHAW, 2015). Já no período bipolar, pesquisadores na periferia com interesse em compreender melhor a situação de seus países, encontraram no imperialismo lições cruciais e a disseminação do conceito de imperialismo como chave para compreender a dominação dos países ex-colônias e dependentes ainda do Centro (seus antigos comandantes) colidiu ainda com a Globalização (AMIN, 1977).

A partir disso, pode-se dizer que os Estados Unidos passaram a ser amplamente taxados como Estado imperialista, tanto por seu comportamento expansionista em ideologia como pelo seu comportamento monopolista nos fóruns comerciais de que faz parte. Ademais, o papel imperialista também é apresentado nos grupos que compõem seu ordenamento político e o interesse da elite nacional que parece nortear o país comumente, envolve-se em operações contraditórias entre discurso e prática (HARVEY, 2005). Logo, se o Imperialismo significa não somente a subjugação de um povo por outro, através de meios militares, este novo imperialismo estadunidense é, preponderantemente, comandado e composto pela subjugação material, ou seja, financeira dentro do sistema capitalista. Assim, para se ter um bom exército, carece-se de uma boa economia. (HARVEY, 2005)

Se a própria ideologia estadunidense, como vimos, fora fundamentada nos valores de expansão de mercados em nome da liberdade burguesa – ligada inexoravelmente a venda, ou seja, exploração da mais-valia local e internacional –, fica nítido o argumento imperialista por trás de sua política externa historicamente. John Foster cita a OTAN em sua obra como elemento chave para manutenção do *status quo* norte-americano no pós Guerra Fria:

Os Estados Unidos têm uma coleção de forças mais formidável do que todos os seus antecessores entre as maiores potências mundiais. Tem alcance global. Possui as armas tecnologicamente mais avançadas, comandadas por profissionais qualificados na arte da guerra. Pode transportar poderosos exércitos continentais sobre distâncias oceânicas. Seus adversários históricos estão em retirada, batidos pela discórdia interna (FOSTER, 2003).

É o imperialismo, através dos tempos, concebido desde a visão de “um Estado com absoluto poder, ou quase” (CHILKOTE, 2002, p. 80-81), o que evidencia a ideia de hegemonia, com viés econômico notório (GUDOVA, 2018). Dessa forma, apesar da visão de como o poder ocorre nas relações internacionais foi tomado pela escola realista foi somente com o materialismo marxista que a questão financeira passou a ser separada da política, e lapidada por pesquisadores que beberam nessa fonte. Com isso, podemos então dizer que o imperialismo,

fase superior do capitalismo, é também o meio e o fim de um Estado com capacidade de ação militar incisiva contra outro. Consequentemente, para perseguição de seus objetivos não basta a atuação política sem a ação econômica (COX, 1986). Sendo assim, será analisado o avanço do pensamento neoliberal, a partir da política externa dos Estados Unidos, a fim de verificar de forma específica o *modus operandi* do imperialismo estadunidense.

5 Considerações Finais

A partir do momento em que consideramos os condicionantes para formulação da política externa de uma potência, levando em consideração a anarquia inerente ao sistema internacional, se torna de fácil compreensão a ação dos EUA. Formando sua hegemonia econômica e exportando o modelo político-econômico, em sua ideologia, para seus aliados e parceiros, os EUA constituíram uma nova ordem mundial após o fim da Guerra Fria, na medida em que a própria formação do pensamento tradicional da política internacional fora efetuada no centro, com forte preponderância de autores estadunidenses, por duas razões: eles podiam e eles iriam praticar aquilo que viesse do aprendizado a partir de seus analistas, fossem estes realistas ou liberais (HARVEY, 2005).

Sendo assim, após a expansão da economia estadunidense e a formação do *status quo* neoliberal que rege a esfera política das democracias ocidentais, os Estados Unidos utilizaram ainda mais seus mercados para expansão de sua mercadoria e sua defesa. Com efeito, o desenvolvimento de tecnologias e o apego a sua ideologia neoliberal, os EUA dentro da OTAN sempre buscaram intervir em nome dos interesses da sua elite nacional, principalmente no Oriente Médio (MEARSHEIMER, 2018). O comportamento realista, movido pela desconfiança, estimulou os EUA a agirem de maneira pragmática no sistema internacional visando eliminar rivais. E mesmo na Europa, onde os EUA nunca interviram como fez no Oriente Médio, a OTAN serviu e continua servindo como mais um dispositivo para agregar aliados à sua agenda de segurança.

Além disso, a OTAN serve ainda como *lobby* para Estados, estrategicamente posicionados, barganharem posições em outros organismos, como a União Europeia manifestou em relação ao caso da Turquia (MEARSHEIMER, 2018). Dessa forma, a OTAN vem servindo aos interesses dos EUA e, hoje, avança frente a Rússia, que lançou assim como George W. Bush no Iraque em 2003, um ataque preemptivo na Ucrânia, alegando que o país se preparava para armar-se contra os russos.

Podemos concluir então que as nações que possuem capacidade de agirem de maneira coercitiva e imperialista no sistema, assim, agirão, pois a estrutura constrange os atores a buscar autopreservação, mesmo que signifique atacar sem ser atacado, movidos pelo dilema de segurança (MEARSHEIMER, 2001). Dessa forma, o debate entre agência e estrutura contribui para a confirmação da hipótese de que a OTAN vêm sendo utilizado como ferramenta do imperialismo neoliberal estadunidense, a partir da atuação das forças sociais dos EUA que, desde o fim da Guerra Fria, se movimentam para buscar uma hegemonia, a manutenção de seus privilégios e prerrogativas no sistema financeiro mundial. Esse comportamento expansionista em direção a Rússia provocou essa potência, que detém poderio militar para lutar contra a Ucrânia, mas não contra toda a OTAN, e assim justificou sua invasão ao país vizinho.

Referências

ALLISON, G. *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides Trap?* New York: Houghton Mifflin, 2017.

AMIN, Samir. *Imperialismo e desenvolvimento Desigual*. Monthly Review Press, 1977.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E., GENTILI, P. (Org.). *Pós neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.

BROADHURST, A. Idol. *The Future of European Alliance Systems*. London: Routledge, 1983.

CLAPP, S. *At a Glance: Russia's war on Ukraine: NATO response*. Europarl – EPRS (European Parliamentary Research Service). Bruxelas, 2022. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2022/729380/EPRS_ATA\(2022\)729380_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2022/729380/EPRS_ATA(2022)729380_EN.pdf). Acesso em 10 de maio de 2022.

COX, R. W. *Social forces, States and world order: beyond international relations theory*. In: KEOHANE, R. (org.). *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press, 1986, pp. 204-254.

FOSTER, John Bellamy. *A nova era do imperialismo*. Monthly Review. 2003. Disponível em: http://resistir.info/mreview/nova_era_do_imperialismo.html. Acesso em 26 de agosto de 2020.

FINGUERUT, Ariel. *A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush*. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Campus Araraquara, 2008. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98996/finguerut_a_me_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 26 de agosto de 2020.

FUKUYAMA, F. *O Fim da história e o último homem*. São Paulo: Editora Rocco, 2015.

GUDOVA, I. The concept of “Imperialism”: History of the development. *IJASOS – International E-Journal of Advances in Social Sciences*, Vol. 4, n. 11, pp. 489-495, 2018. Disponível em: <http://ijasos.ocerintjournals.org/en/download/article-file/527757>. Acesso em 15 de abril de 2022.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

HAYEK, Frederich. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

HOBSON, J. A. *Imperialism, a study*. Michigan: University of Michigan Press, 1965.

HOBSBAWM, E. J. *A era dos Extremos (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KERSHAW, I. Out of the ashes: Europe’s rebirth after the Second World War, 1945–1949. *Journal of the British Academy*, Vol. 3, pp. 167–183, 2015.

KINZER, S. *All the Shah’s men. The hidden history of the CIA’s coup in Iran*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2003.

KNAFO, Samuel. Critical approaches and the legacy of the agent/structure debate in international relations, *Cambridge Review of International Affairs*, Vol. 23, n. 3, pp. 493-516, 2010.

KRISTOL, Irving. *Neoconservatism*. Nova York: The Free Press, 1995.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUNDESTAD, Geir. *The United States and Western Europe since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

MARIUTTI, E. *Interpretações clássicas do imperialismo*. Textos para discussão. UNICAMP, Campinas, 2013.

MEARSHEIMER, J. J. *A tragédia da política das grandes potências*. Lisboa: Editora Gradiva, 2001.

MEARSHEIMER, J. J.. *The great Delusion: Liberal dreams and international realities*. New Haven and London: Yale University Press, 2018

MCCOY, A. W. *The Politics of Heroín: CIA complicity in the global drug trade*. Columbia: Lawrence Hill & Co., 2003

MORNING STAR. *NATO seven decades of the evil aliance*. 2022. Online journal. Disponível em: <https://morningstaronline.co.uk/article/f/nato-seven-decades-of-the-evil-alliance>. Acesso em 10 de maio de 2022.

NATO. *Defense Expenditure of NATO countries (2014-2021)*. NATO press. Bruxelas, 2021. Disponível em: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2021/6/pdf/210611-pr-2021-094-en.pdf. Acesso em 10 de maio de 2022.

NATO. *Funding NATO*. Official website, 2022. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_67655.htm. Acesso em 10 de maio de 2022.

PAULANI, L. M. Neoliberalismo e individualismo. *Economia e Sociedade*, Vol. 8, n. 2, p. 115–127, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643138>. Acesso em: 25 fev. 2023.

PAYNE, John D. *State-Sponsored Terrorism and the USA*. I. B. New York: I.B. Tauris 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os Estados Unidos de H. Bush a Donald J. Trump (1989/2017): Dinâmicas Políticas de Consenso e Polarização. *Revista Esboços*, Vol. 24, n. 38,

pp. 339-359, dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2017v24n38p339>. Acesso em 20 de abril de 2020.

POLITIFACT. *Fact checking claims Nato US broke agreement again*. 2022. Disponível em: <https://www.politifact.com/factchecks/2022/feb/28/candace-owens/fact-checking-claims-nato-us-broke-agreement-again/>. Acesso em 10 de maio de 2022.

TESTONI, M. *NATO and transatlantic relations in the 21st century: foreign and security perspectives*. London: Routledge, 2021.

WARREN, P. T. *What the Last 500 Years of Alliance Behavior Tells Us about NATO's Path Forward*. 21st CENTURY DEFENSE INITIATIVE POLICY PAPER. Brookings, 2016. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/0630_nato_alliance_warren.pdf. Acesso em 10 de maio de 2022.

WEBB, G. *Dark Alliance – The CIA, The CONTRAS, and the crack cocaine explosion*. New York, Seven Stories Press, 1998.

Recebido em 16 de outubro de 2022.

Aceito para publicação em 14 de fevereiro de 2023.